



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8080

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 20/04/2010

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 47/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação Sociocultural Igor Vive”. (Referente à Lei nº 4.227, de 18/05/2010).

Controle Interno – Caixa: 25.9

Posição: 07

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade pública
Cl: 25.9
Ordem: 07
nº fls: 21



33/2010
11-05-2010

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 47/2010

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação
Sociocultural Igor Vive.

Entrada em 20/04/2010

Comissão de Legislação e Justiça

MOVIMENTO

- 1 - AMOVADO EM REGIME DE URGEN
- 2 - CIA EM 11-05-2010.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador

Alfredo 
Ramos

Mandato Popular

Projeto de Lei nº **47** 2010

"Concede Título Declaratório de Utilidade Pública"

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "Associação Sociocultural Igor Vive", inscrita no CNPJ sob o nº. 09.571.147/0001-06 com sede á Rua: Serra Velha nº75 Bairro: Morada da Serra, Montes Claros, MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 19 de Abril de 2010.


Alfredo Ramos Neto
Vereador do PT

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB
19/04/2010	
HORA: 16:40	
	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 20 DE ABRIL DE 2010
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE URGENCIA
EM 11 DE MAIO DE 2010

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 047/2010 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública a Associação Sociocultural Igor Vive” de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de abril de 2010.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 47/2010

AUTOR: Ver. Alfredo Ramos Neto

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Sócio Igor Vive”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 20/04/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 23/04/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Sócio Igor Vive”.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo atende os requisitos legais previstos em lei para a concessão do referido título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 03 de maio de 2010.

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____

Suplente: Ver. Antônio Silveira de Sá: _____

Suplente do Presidente: Ver. Altemar de Freitas Cardoso: _____